

A pobreza em debate

GRACIANDRE PEREIRA PINTO

Depois de três meses sem os alimentos da cesta básica, o Município de presidente Kennedy e os demais 1.369 de todo o país, que compõe o Comunidade Solidária passaram a receber os alimentos fornecidos pela Conab - Companhia Nacional de Abastecimento. A título de informação, o Comunidade Solidária foi criado pelo Governo federal em 1995 para fazer uma política paralela a LOAS - Lei Orgânica de Assistência Social. Através do IBGE e do Ipea - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada foi avaliada uma série de indicadores sociais nos municípios de todo o Brasil, inclusive no Espírito Santo. Esses indicadores sociais eram: número de famílias em estado de indigência; contagem demográfica, analfabetismo, índices de desemprego e outros.

Após uma série de avaliações o Ipea chegou a um denominador comum no que se refere aos Municípios que entrariam no Comunidade Solidária. Bastaria ter um alto índice de pobreza para ser incluso no Programa.

O Comunidade Solidária reúne uma série de Programas Sociais distribuídos em diversas secretarias e totalmente desfocalizados. Os respectivos Programas não alcançam o impacto social que deveriam, e ainda gastam grande parte dos recursos sociais.

No Fórum dos Secretários Municipais que aconteceu nos dias 13, 14 e 15 de outubro em Curitiba, o Espírito Santo foi representado por oito municípios. Depois do boicote total do Governo federal no respectivo evento, foi elaborado a carta de Curitiba, que será destinada inclusive a Fernando Henrique Cardoso, exigindo o fim do Comunidade Solidária e o repasse dos respectivos recursos para a Secretaria Nacional de Assistência Social que o gerenciará conforme preconiza a Loas e a realidade local dos Municípios. Em se tratando do Prodea - Programa de Distribuição de Alimentos - temos os seguintes índices: Em 1998 o Prodea distribuiu 28,5 milhões de cestas básicas em 1369 municípios. O mais sério do Prodea é que dos R\$ 20,00 (vinte reais) gastos com cada ces-

ta, R\$ 9,00 (nove reais) são gastos com o pagamento do pessoal, ou seja, o programa come a mesma quantidade de dinheiro que usa para levar comida a quem tem fome, na verdade, é uma burocracia que come cestas.

Outro dado assustador é que o Brasil tinha, em 1997, nada menos do que 54 milhões de pobres, ou 34% dos habitantes do país. Isso é quase a população da Itália. Desses 54 milhões, cerca de 24 milhões viviam abaixo da linha de indigência, o correspondente à população da Venezuela. Isso quer dizer que consumiam menos alimentos do que a Organização Mundial de Saúde, considera a quantidade mínima para o ser humano viver bem.

Há algumas lições a serem tiradas de tudo o que foi dito.

Primeiro: É preciso se indignar com o que acontece no país. Não dá para se acostumar a viver em um país com tantos pobres e tanta concentração de renda.

Segundo: É preciso ser perseverante. As políticas devem ter uma orientação de médio e longo prazo e devem ser mantidas por diferentes governos.

Terceiro: É preciso paciência. Se as políticas corretas forem adotadas, os resultados aparecerão. Mas isso leva tempo. E, infelizmente, não há outro jeito. Querer encurtar esse

caminho com um atalho populista é a melhor maneira de manter, para o benefício de alguns, a pobreza de muitos.

Enfim, não há mágica no combate à miséria. Manter a estabilidade e investir em educação são as únicas respostas que fazem sentido.

Em Presidente Kennedy a situação não é muito diferente; a Secretaria Municipal de Assistência Social discutiu e aprovou junto à Comissão Municipal do trabalho o Plano de Formação Profissional 2000 que prevê executar cerca de 21 (vinte e um) cursos profissionalizantes totalmente financiados pelo FAT - Fundo de Amparo ao Trabalhador - Sine.

Essa ação conjunta com outras alternativas é que mudarão, o longo prazo, a realidade local.

GRACIANDRE PEREIRA PINTO é secretária Municipal de Assistência Social de Presidente Kennedy

Não há
mágica,
enfim,
para se
combater
a miséria